

O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA O CATOLICISMO SUL-RIO-GRANDENSE NO PERÍODO DE 1913 A 1946

Cláudia Regina Costa Pacheco¹

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida sobre os ideais católicos sul-rio-grandenses no período de 1913 a 1946 no que tange ao conceito de educação. Ressalta-se que a Revista *Unitas* (Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre) se constituiu na principal fonte desta pesquisa. Esta Revista se configurou, na época, na publicação oficial da Igreja Católica Sul-Rio-Grandense, fato este que possibilita a percepção da ação dessa instituição no Estado, tanto em termos políticos como educacionais. Este estudo baseou-se numa pesquisa bibliográfica, enfatizando, sobretudo, a análise da documentação histórica referente ao acervo da Revista *Unitas*. De acordo com a análise da documentação e dos artigos veiculados nesta publicação religiosa pode-se perceber que a educação se apresentou como possibilidade de determinação de valores e ideais católicos. Somente uma educação católica teria um caráter completo e perfeito. Constata-se que a Igreja Católica considerava-se uma educadora soberana e perfeita e, por meio da atuação de seu clero, sob o comando de D. João, buscava “inculcar” seus ideais mesmo em contextos político-econômicos adversos.

Palavras-chave: Educação. Igreja Católica. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o conceito de educação veiculado no periódico católico *Revista Unitas*, no período de 1913 a 1946. Esta Revista constituiu-se, para a época, na publicação oficial da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Sul – RS/Brasil. Fato este que possibilita a percepção da ação desta instituição no Estado.

Trata-se de uma pesquisa teórica, dedicada a revigorar conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, com vistas ao imediato aprimoramento de seus fundamentos. Busca, portanto, rever quadros

1 Filiação Institucional: Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS/Câmpus Ibirubá, Titulação: Doutorado em Educação – Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Endereço Eletrônico: claudiareginapacheco@gmail.com

de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. Esta pesquisa não implica na imediata intervenção na realidade, mas é importante na criação de condições para a intervenção. O conhecimento adequado resulta em rigor conceitual, análise acurada, lógica e argumentação diversificada, além de capacidade explicativa.

Baseando-se numa pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, o estudo enfatizou a análise da documentação histórica referente ao acervo da Revista católica fundada pelo arcebispo metropolitano de Porto Alegre - RS, Dom João Becker, no ano de 1913. A Revista tinha o clero como seu público-alvo e objetivava unir os sacerdotes espalhados nos mais distintos lugares do Rio Grande do Sul, unificando os discursos, decisões e ideologias católicas.

Através da imprensa foi possível atingir os mais diferenciados públicos e defender, nos mais diversos espaços a instituição Igreja Católica. O principal objetivo dessa ação foi justamente devolver a Igreja o poder por ela perdido frente às transformações da sociedade.

A fundação da Revista *Unitas*, embora se propusesse modesta e despretensiosa, teve grande força no cenário gaúcho, sobretudo por propor uma formação contínua do clero sul-rio-grandense - o que repercutia na formação dos católicos no Rio Grande do Sul.

Neste trabalho é examinado o conceito de educação que perpassava os textos do referido periódico que, de certa forma, traduziam todo o pensamento de um tempo de reestruturação da Igreja Católica fundamentado em ideais ultramontanos. Este trabalho divide-se, sobretudo, em duas partes: na primeira delas são tecidas algumas considerações sobre o contexto de Romanização que marcou o período examinado e, na segunda parte é analisado o conceito de Educação que permeava o discurso católico da Revista *Unitas*.

A IGREJA CATÓLICA EM TEMPOS DE ROMANIZAÇÃO

Buscando ratificar sua importância junto à sociedade, a Igreja Católica ao procurar estratégias para sua reforma instituiu um processo de restauração institucional. Assim, tal restauração

[...] fundamenta-se, em primeiro lugar, na volta ao catolicismo tridentino, conduzido sob a autoridade direta

do romano pontífice. Opõe-se em princípio a qualquer tipo de composição e, mais ainda, a qualquer forma de tutela do Estado. Foi nesse contexto que foi entendido o conceito do Ultramontanismo ou Ultramontanos (ultra-montes = além das montanhas), referindo-se aos teólogos, ao clero, aos religiosos e ao povo em geral, que combatia o galicismo dos católicos franceses que defendiam uma composição com o poder civil. Os ultramontanos reivindicavam como autoridade máxima e única aquele que tinha sua sede "ultra montes, além das montanhas, dos Alpes", o papa em Roma (RAMBO, 2002, p. 287).

Para Manoel (2004), o catolicismo ultramontano abrange o período entre 1800 e 1960. Este autor observa que o ultramontanismo ou romanização é o termo utilizado para definir o movimento conservador da Igreja Católica. O termo ultramontano tem origem francesa e significa "para além dos Alpes, rumo a Roma". Tal significado indica o centralismo na autoridade do Papa. O ultramontanismo vai abranger desde o pontificado de Pio VII (1800-1823), na consolidação da doutrina conservadora e restauradora da Igreja, até o pontificado de João XXIII (1958-1963). Manoel ainda destaca que o catolicismo ultramontano não foi homogêneo, dividindo-se em três momentos: 1) de 1800 a 1878: consolidação das diretrizes da reação conservadora da Igreja; 2) de 1878 a 1903, quando se consubstancia o projeto de interferência e 3) de 1903 a 1958, com os programas da Ação Católica.

A restauração católica no sul do Brasil tem seu início com a nomeação de Dom Sebastião Dias Laranjeira, em 1860. Rambo (2002, p. 289-290) observa que

O novo bispo formara-se em Roma e lá fora escolhido para bispo e sagrado por Pio IX. Imbuíra-se, durante a sua formação, no mais genuíno espírito ultramontano. Desde logo, orientou a sua preocupação pastoral e disciplinar em favor da implantação do projeto de Restauração Católica na Província do Rio Grande do Sul. Nesta tarefa foi obrigado a enfrentar uma série de dificuldades, oriundas, de um lado, da parte das autoridades públicas e, do outro, de dentro do próprio modelo de Igreja e do tipo de clero sob sua jurisdição.

Teve que encontrar uma fórmula para superar a complicada convivência com os governantes provinciais de orientação positivista. Da assembléia provincial partiram renovados protestos contra a linha de governo eclesiástico implantado pelo novo bispo. Frequentes foram os pedidos de informação dos deputados, com a evidente intenção de interferir nos negócios da Igreja, pretensão diametralmente oposta às convicções e aos propósitos ultramontanos de D. Sebastião que tomou uma posição firme a favor dos bispos de Olinda e do Maranhão, presos durante o episódio da “questão religiosa”.

D. Sebastião encontrou no Rio Grande do Sul muitas dificuldades para desenvolver sua proposta ultramontana. De acordo com Rambo (2002), o clero apresentava um espírito laico incompatível com os ideais católicos de romanização. D. Sebastião deu início à implantação do projeto de Restauração Católica na Província Sul-Rio-Grandense. Em 1890, seu sucessor, D. Cláudio José Ponce de Leão, também formado em Roma, continua, intensifica e amplia a empreitada da Restauração Católica iniciada por D. Sebastião.

Rambo (2002) afirma que a base do Projeto de Restauração Católica teve como um de seus principais pilares uma organização paroquial e comunitária. Outro fator foi a educação nas escolas comunitárias e nos colégios secundários. Dessa forma,

O currículo das escolas de comunidade propunha um tipo de educação em que a criança aprendia a ser um membro útil. E na concepção da época e no contexto da Restauração, ser um membro útil significava saber ler e escrever, interiorizar costumes e valores da tradição dos antepassados, preservar a língua e, antes de mais nada, aprender o catecismo, conhecer a história bíblica, amar a Igreja, respeitar as autoridades eclesiásticas e viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja; orientar a vida em sintonia com os preceitos disciplinares prescritos por Roma e, finalmente, levar uma vida sacramental intensa e permanente (RAMBO, 2002, p. 295-296).

Nessa empreitada, as comunidades somente entregavam a regência de suas escolas nas mãos de homens dos quais tinham

a garantia de que transmitiriam a doutrina e os ensinamentos da Igreja. Assim, conforme Rambo (2002), a escola e a educação foram elementos fundamentais à materialização do Projeto de Restauração Católica. De acordo com Tambara (1995), foi através da educação que a Igreja conseguiu plasmar sua hegemonia ideológica que, por outros mecanismos, havia se mostrado inviável.

A imprensa católica foi outro elemento que se associou no sentido de concretizar o processo de restauração. Faremos o destaque a ela mais à frente, tendo em vista a análise da Revista *Unitas*. Esta revista, fundada por D. João Becker, auxiliou no desenvolvimento da proposta do catolicismo ultramontano, dada à preocupação deste com a formação do clero.

No advento da Segunda Guerra o processo de romanização havia conquistado quase tudo o que se propôs. Percebe-se que a Igreja passa de um estado de submissão ao Estado, através do Padroado (no qual os padres eram funcionários do Estado), a um lugar de destaque na sociedade; muito embora ela respeitasse o Estado, passou a ter liberdade e não lhe dever favores.

É nesse processo de reforma da Igreja, de reação e restauração do ideário católico, que D. João Becker vai buscar - no período que atuou na Arquidiocese de Porto Alegre - contribuir para "romanizar" as massas e, neste sentido, retomar o ideal católico de sociedade e homens perfeitos.

A romanização se caracterizava, especialmente, pela adesão aos princípios doutrinários que levariam a uma verticalização cada vez maior da Igreja, em que se tinha o Papa não só como chefe da Igreja, mas também como tutor de um poder que lhe permitiria intervir, diretamente, nas dioceses, de modo a que se fortalecesse o legado curial (SOUZA, 2002).

Dessa forma, deveriam ser dele a palavra inicial e final, estando toda a hierarquia eclesiástica a ele subordinada. O aparato administrativo foi implantado como meio de atingir os objetivos ultramontanos. Foi tecida uma rede normativa disciplinadora na qual nada escapava, e que visava a uniformização de cima para baixo.

Cabe salientar que a Encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, de 1929, constituiu-se na principal referência do projeto de recristianização da sociedade no que se refere à educação dos jovens. Embora não tenha sido esta a primeira iniciativa da Igreja no âmbito educacional. O fato é que se consolidava a ideia de que

era preciso desde a infância corrigir as inclinações desordenadas e fomentar as tendências boas, sobretudo, iluminar o entendimento e fortalecer a vontade com verdades católicas. A Igreja não aceitava perder sua função formativa diante da sociedade moderna. Para ela, a religião católica tinha a missão de formar os homens com a finalidade de salvá-los de todos os males trazidos pelo mundo moderno. A constituição humana ideal seria aquela formada com base no catolicismo, fundamentada na moral, no civismo/patriotismo e na intelectualidade.

No contexto brasileiro, o processo de reação católica teve seu início no final do século XIX e início do século XX. Concorde com Gaeta (1991 *apud* CAMPOS, 2010), quando afirma que a Igreja Católica brasileira vinha sofrendo modificações a partir da metade do século XIX. O catolicismo vigente, datado do século XVIII, caracterizava-se pelo repúdio ao método jesuítico, pelo enfraquecimento da escolástica e pela grande valorização das ciências em detrimento da filosofia e da teologia. O catolicismo laicizante passou a ser combatido por um grupo de bispos que assumiu a orientação central em Roma. Naquele instante, entravam em combate um grupo de ideário mais liberal e um grupo ultramontano. Concomitantemente, as transformações ocorridas no âmbito da sociedade brasileira, envolvendo nossas elites intelectuais, sofriam, diretamente, as influências de ideais europeus como o naturalismo, o positivismo, o evolucionismo, o materialismo, dentre outros.

O grupo *conservador* ultramontano buscava recuperar o poder do Papa, livrar-se do domínio do regalismo ou do estado laico. Tal grupo instituía um programa de recristianização da sociedade, ou seja, um reordenamento social com base em valores cristãos.

Em sintonia com outros bispos² das diversas regiões do Brasil, D. João Becker foi um dos grandes protagonistas dessa história no contexto gaúcho. Nascido na Alemanha, D. Becker veio para o Brasil ainda pequeno. Sua família imigrou para o Rio Grande do Sul quando D. João tinha oito anos, fixando residência no município de Montenegro, no Vale do Caí.

Estudou em tradicionais colégios no Rio Grande do Sul e teve formação rígida proporcionada por orientadores jesuítas. Foi

2 D. Leme (arcebispo do Rio de Janeiro), D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques (bispo da Paraíba), D. Aquino Correa (bispo de Cuiabá) e D. Antônio dos Santos Cabral (bispo de Natal).

perseverante em sua tarefa evangelizadora e ativo em suas ações pastorais. Assumiu a Arquidiocese de Porto Alegre no ano de 1912 e somente deixou as suas funções eclesiais na Arquidiocese Metropolitana no ano de 1946, devido à enfermidade que o levou a sua morte neste mesmo ano.

Assim como seus colegas prelados, D. João Becker auxiliou na obra restauradora da hierarquia católica. Para todos eles, seguidores do projeto ultramontano, a sociedade estava passando por um estado de crise e sua causa era o afastamento de Deus.

A educação se constituiu numa possibilidade de difundir e reafirmar os ideais católicos junto à sociedade. Através da educação, a Igreja poderia moldar os seus fiéis na defesa do catolicismo.

O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PARA O CATOLICISMO SUL-RIO-GRANDENSE

A educação representou para a doutrina católica uma possibilidade, assim como um limite para se alcançar o ideal de homem e de sociedade perfeitos. Nos mais distintos periódicos e, principalmente, na Revista *Unitas* a educação se apresenta como promotora da felicidade humana, seguindo os preceitos da fé católica.

A formação do homem estabelecida através da educação se dava num primeiro momento no âmbito familiar, que desde cedo já devia transmitir a mensagem católica ao “ser” em formação. De acordo com Giolo (2008), a Igreja Católica empreendeu seus esforços para demonstrar que a educação era atribuição da família e das instituições às quais ela delegasse essa função. Nessa perspectiva, o discurso veiculado na Revista *Unitas* destacava que

Por isso, ordena a Igreja no Direito Canônico: “Todos os fiéis devem ser educados de tal forma, desde a sua infância, que nada se lhes inculque contrário à religião católica e aos bons costumes, sendo preciso que o primeiro lugar obtenha a formação religiosa e moral”. (...) A educação cristã, diz Pio XI, compreende todo o âmbito da vida humana, sensível e espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social (REVISTA UNITAS, 1941, p. 35-36).

Para Tonini (2003), a preocupação maior da Igreja Católica com os jovens estava justamente por pensar que o futuro estava nas mãos da juventude. Dessa forma, via nos jovens uma possibilidade de restituir o poder que estava sendo perdido por parte da instituição católica. A conduta dos jovens representaria, no futuro, a conduta da sociedade. Por esse motivo, a Igreja sempre ressaltava a importante missão dos jovens perante a sociedade futura.

Fitzpatrick (1958, p. 22) destacou que

Se considera a la educación como el remedio para la desintegración espiritual y económica de nuestra civilización, y el único método capaz de lograr la recuperación y canalización de sus fuerzas. Pero debemos precavemos también de la educación, pues en ella residen las causas de dicha desintegración. Por lo tanto, pudiendo esperar los resultados más diversos, es nuestro deber saber diferenciar entre aquellos tipos de educación que salven nuestra cultura y aquellos que la arruinen.

Também no trecho a seguir, veiculado na Revista *Unitas*, podemos ver o quanto a Igreja tomava para si a tarefa educadora da sociedade, salvando-a dos perigos de uma “má” educação.

A Igreja tem de exercer a sua tarefa educadora. Não pode abandoná-la, sem que renegue a sua missão divina. Pois, ensinar a doutrina de Cristo a todas as nações e durante todos os séculos, é seu destino supremo. E esses direitos da Igreja não dependem da benevolência ou arbítrio de Estados ou governos. Porque tem sua razão em esferas superiores e tutelam valores dos maiores quilates. (REVISTA UNITAS, 1941, p. 35)

“Sobre o direito de educar” foi o título dado ao texto de D. João, publicado na Revista *Unitas* no ano de 1941. Este mesmo artigo foi publicado anteriormente em “A Nação” de 10 de novembro de 1940. Neste texto o arcebispo aborda os fatores que deviam, harmonicamente, colaborar para a constituição de uma educação perfeita desde a infância. Para ele, desde a tenra idade, família, Igreja e Estado deviam se articular de modo a formar os jovens. O direito de educar caberia em primeiro lugar aos pais - estes teriam

o direito de dirigir a educação e a formação intelectual e religiosa dos seus filhos. Tendo em vista que,

Os filhos, quando vem ao mundo, continuam a viver, durante muito tempo, em tais condições de fraqueza e indigência, moral e física, que necessitam dos cuidados especiais de uma prolongada e zelosa educação, para que possam chegar ao seu completo e desejado desenvolvimento (REVISTA UNITAS, 1941, p. 34).

Dando vida a um novo ser, cabia aos progenitores dar à sua prole uma boa instrução. D. João observa que o código canônico prevê que os pais têm obrigação “gravíssima” de cuidar, segundo as suas forças, da educação religiosa e moral, física e civil dos filhos, e também prover o seu bem-estar temporal. Mesmo com essa função a família é uma sociedade limitada, enfatiza D. João. Para o arcebispo, a ação da família, ainda que importante, é insuficiente para o completo desempenho da missão educativa. Por isso Igreja e Estado deviam vir ao seu auxílio para aperfeiçoar e completar a educação.

A Igreja tem como deveres a pregação e o ensino da doutrina quanto à fé e os costumes. Já o Estado, responsável pela promoção do bem comum da coletividade social, deve manter a paz, a segurança pública e intervir na formação cultural e científica dos cidadãos, que, de acordo com D. João, tal formação seria uma das colunas da prosperidade humana. Para o arcebispo, a educação seria a base da felicidade temporal e eterna do indivíduo, isto é, o mais poderoso fator da vida e prosperidade dos povos, esperança e força da Igreja Católica.

A conjuntura favoreceu enormemente as pretensões da Igreja, que encontrou um ambiente receptivo à sua ação junto a uma população que se ufanava de ser católica apostólica romana, sobretudo, na região de imigração. Também da parte do governo – não obstante as influências do positivismo - houve essa receptividade, uma vez que garantiu à Igreja, constitucionalmente, um espaço à expansão de suas ações educacionais nas entidades privadas. Giolo (1997) nos auxilia a compreender essa perspectiva católica quando afirma que a Igreja também participava da concepção de que a escola seria o instrumento mais apropriado à edificação, tanto da

personalidade dos indivíduos, como do caráter das relações e das instituições sociais.

Como condutora da humanidade, a Igreja ditava diretrizes com relação à educação que eram extremamente coercitivas. Dallabrida (1999) ressaltou que a educação católica, segundo D. Becker, deveria desenvolver nos alunos hábitos morais que concorressem para o bem estar social e visassem a verdade, a graça e a salvação, e criasse uma dimensão sobrenatural que a diferenciasse das outras e lhe desse eficácia na formação dos indivíduos. D. Becker refutava a filosofia que pregava que “a sociedade corrompe o homem”, recolocando a indelével marca do pecado original e a necessidade de corrigir o ser humano a partir da moral católica.

Para D. Becker a missão do mestre cristão seria restabelecer a verdade e, para isso, utilizar-se-ia do ensino da história na obra da educação em combate aos “inimigos” da Igreja.

A missão do mestre cristão, no domínio da História, depreende-se facilmente. Não lhe cabe, apenas, a responsabilidade de restabelecer a verdade. É mister que tire, desse ensino que oferece tão preciosos recursos ao zelo apostólico, todos os recursos possíveis para a defesa da fé e da virtude no espírito das crianças (REVISTA UNITAS, 1922, p. 11).

Ensinar a “verdade” (e essa verdade em defesa do catolicismo) era a principal função da educação. Educação esta que seria um instrumento de disseminação da “verdade” católica para a sociedade, enfatizando a importância da Igreja para a constituição humana. Por isso, a instrução de D. Becker:

O catechista deve ensinar as verdades, mas de modo que as verdades ensinadas não fiquem só na memória e na inteligência, mas que passem para a vontade e para a vida, e tornem-se lei e norma das ações. O cura tem que continuar e completar a obra do catechista, pela educação paciente e constante, por meio da instrução e praxe, habituando as crianças à oração, à participação dos actos religiosos (assistência à missa, etc.), à recepção dos ss. Sacramentos e sobretudo, preservando-as das influencias prejudiciais de fora e premunindo-as contra

os perigos de dentro! Pois, também depois do baptismo, ainda fica em todos a concupiscência e póde chegar o dia, em que, mesmo numa creança bem educada, esta se desenvolva num fogo que destróe todas as boas disposições, caso falte a cura e direcção. O problema do esclarecimento sexual, tão ventilado em nossos dias, não tinha razão de ser no povo catholico que aproveitava a direcção espiritual na recepção dos Sacramentos! (REVISTA UNITAS, 1922, p.94).

Seguindo essa prerrogativa, o ensino das “verdades” do catolicismo seria o antídoto eficiente para a salvação da humanidade “doente” nas suas diferentes gerações. Assim,

Se tudo estivesse normal na sociedade, as obras não teriam tanta importância. O sentimento religioso seria sufficiente para preservar do mal as crianças, e para conduzi-las ao pé dos altares; por outra, a família ultimaria o trabalho educativo compreendido na escola. Mas precisamente, hoje, na sociedade, tudo está anormal; os paes não se importam com os filhos, a atmosfera mundana é inteiramente pagã, as ciladas armadas contra os jovens multiplicam-se a tal ponto que todos os fructos da educação religiosa serão perdidos se os mestres christãos não empregarem os meios de os preservar. Assim como nas enchentes se recorre a todos os expedientes para tirar do perigo as vidas ameaçadas, cabe aos educacionistas religiosos tudo imaginar para conservarem as almas que lhes são confiadas, e que as águas revoltas do mundo ameaçam subverter (REVISTA UNITAS, 1922, p. 200).

Como salvação ou remédio, o catolicismo impunha-se nos diferentes contextos históricos, mantendo sua hierarquia, reestruturando suas bases, seguindo os ditames de Roma. Santo Agostinho, em muitos momentos é tomado como mestre, no sentido de amparar e, até mesmo, justificar a fé católica.

Á visto d’isto o grande e genial S. Agostinho – de cuja morte estamos para celebrar o décimo quinto centenário – prorompia, cheio de santo affecto por tal Mãe, nestas

expressões: "Ó Igreja Catholica, Mãe verissima dos Christãos, vós com razão pregais, não só que se deve honrar puríssima e castissimamente o próprio Deus, cuja consecução é vida felicissima, mas também de tal modo exerceis o vosso amor e caridade para com o próximo que, junto de vós, se encontra poderosamente efficaz, todo o remédio para os muitos males de que por causa dos peccados soffrem as almas. Vós adextraes e ensinaes, com simplicidade as creanças, com fortaleza os jovens, com delicadeza os velhos, segundo as necessidades do corpo e do espírito. (REVISTA UNITAS, 1930, p. 104)

A Igreja como salvadora da humanidade se utilizava de toda uma organização que a tornava importante para o contexto histórico em que se via inserida. De acordo com Eicher (1993), sociologicamente pode-se considerar a Igreja como forma organizada autônoma de uma comunidade religiosa (regularmente, cristã). Para o autor, as ciências sociais estão, contemporaneamente, em condições de demonstrar que nenhuma comunidade consegue continuidade sem um modelo relativamente estável de papéis, tarefas, atividades comuns. Mas as comunidades estáveis só tomam sentido na medida em que a liberdade do indivíduo se concretiza dentro delas.

Para Eicher (1993, p. 380), "a Igreja é qualitativamente mais do que as suas instituições. Tornam, contudo, possível que o Evangelho seja ouvido; vinculam os grupos, em que acontece Igreja, acima dos espaços e tempos; criam, portanto, o espaço social objetivo onde a Igreja se realiza". O autor ressalta ainda que

Formaram-se na Igreja desde os seus primórdios padrões básicos de ação: a pregação e a doutrina, a liturgia, o batismo e a eucaristia. Uma variedade de funções em princípio apreciadas (carismas) foram se desenvolvendo. O trio ministério cânon da Escritura, regra de fé adquire importância excepcional para os tempos posteriores. Definições de fé, doutrinas de fé e normas de comportamento, uma rede cada vez mais cerrada de fatores litúrgicos, teológicos, jurídicos, econômicos configuram a Igreja que já na Antiguidade

torna-se grande organização. Por isso, a questão da figura institucional da Igreja sempre esteve vinculada à questão da sua contínua reforma. De outra maneira, estas instituições sucumbem à sua própria e necessária ambivalência (EICHER, 1993, p. 380).

Na Carta Encíclica sobre a educação cristã da juventude, o Papa Pio XI estabeleceu as sociedades necessárias para a efetivação da formação humana, ressaltando a importância da tarefa da instituição Igreja. De modo geral,

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. (REVISTA UNITAS, 1930, p. 70-71)

A família apresenta como função primordial a procriação e a educação da prole, contudo, é vista pela Igreja como uma sociedade imperfeita por abranger apenas o domínio temporal. A sociedade civil, do mesmo modo, é considerada imperfeita na sua função temporal, justamente, por não envolver o âmbito espiritual – campo destinado à Igreja Católica, razão pela qual se institui a sua perfeição ao chegar mais próxima de Deus.

Como instituição perfeita, a Igreja proclama-se *santa, católica, apostólica e una*. Eicher (1993, p. 380) auxilia nesta compreensão ao explicar que a Igreja chama-se *santa* por se considerar chamada por Deus para divulgar a fé no campo temporal. Diz-se *católica*, pela convicção de que se encontra presente em toda parte onde Jesus Cristo é confessado na fé. A catolicidade requer universalidade tanto para os povos quanto para as classes sociais. É dita *apostólica* porque se estabelece sobre a fé dos apóstolos e à memória de Cristo. É também *una*, enquanto consegue realizar na sua existência a reconciliação oferecida no Espírito. Para Eicher (1993) não se trata de unidade que se possa impor institucionalmente, nem de afirmação (disfarçante) de mera unidade espiritual, mas se trata do começo da paz dentro da

Igreja. O fato de as Igrejas estarem institucionalmente dilaceradas contradiz o princípio da catolicidade, que teria que mediar entre a liberdade da comunidade local e a inserção e referência à comunidade universal.

À Igreja, de modo sobreeminente, foi dada a missão e autoridade suprema do magistério pelo *divino fundador*.

Todo o poder me foi dado no céu e na terra. Ide pois, ensinae todos os povos, baptizando-os em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo: ensinando-os a observar tudo o que vos mandei. E eu estarei comvosco até á consummação dos séculos". (Matth., XXVIII, 18-20). A este magistério foi conferida por Christo a infallibilidade juntamente com o preceito de ensinar a sua doutrina; assim a Igreja "foi constituída pelo seu Divino Autor columna e fundamento da verdade, afim de que ensine aos homens a fé divina cujo deposito lhe foi confiado para que o guarde integro e inviolável, e dirija e prepare os homens, as suas associações e acções em ordem á honestidade de costumes, integridade de vida, segunda a norma da doutrina revelada. (Pius IX, Ep. Quum non sine, 14 jul. 1864) (REVISTA UNITAS, 1930, p. 71-72)

À Igreja Católica também coube o papel da maternidade sobrenatural. Considerando-se esposa imaculada de Cristo, ela gera, nutre e educa as almas na vida divina, através de seus sacramentos e seu ensino. "Não terá Deus como Pae quem se tiver recusado a ter a Igreja como Mãe". (REVISTA UNITAS, 1930, p. 72).

Tendo em vista a sua *superioridade* espiritual em relação às outras instituições temporais, a Igreja se diz independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa³.

3 Buscando "salvar" as almas, a Igreja fundou e manteve escolas e instituições próprias abrangendo todos os gêneros de disciplinas e todos os graus de cultura. A Igreja Católica foi responsável por uma "grande multiplicidade e variedade de escolas, associações e todo o gênero de instituições tendentes a formar a juventude na piedade religiosa, juntamente com o estudo das letras e das sciencias e com a mesma recreação e cultura physica. E nesta inexaurível fecundidade de obras educativas, como é admirável, ao mesmo tempo que insuperável, a providencia maternal da Igreja, admirável é a harmonia acima indicada, que ella sabe manter com família christã, a ponto de poder dizer-se com verdade, que a Igreja e a família constituem um único templo de educação christã" (Revista Unitas. Porto Alegre, p. 93-94, Mar/Abr. 1930).

O conceito da Educação para... - *Cláudia Regina Costa Pacheco*

Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar d'elle, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrario á educação christã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para seu fim, já porque todo o ensino, como toda a acção humana, tem necessaria relação de independência do fim ultimo do homem, e por isso não pode subtrair-se ás normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infallivel. (REVISTA UNITAS, 1930, p. 72)

A família, como primeiro espaço de socialização, aliada da Igreja ao educar a sua prole, precisava orientar religiosa e moralmente as novas gerações. Outra preocupação estava relacionada ao ambiente da educação. Por conseguinte,

Para obter uma educação perfeita é de summa importância cuidar em que as condições de tudo o que rodeia o educando, no período da sua formação, isto é, o complexo de todas as circunstancias que costumam denominar-se "ambiente", corresponda bem ao fim em vista (REVISTA UNITAS, 1930, p. 91).

A família como ambiente natural e necessário à educação, para ser eficaz em sua tarefa educativa, precisa estar bem ordenada e disciplinada de acordo com os preceitos cristãos. Já o ambiente educativo da Igreja abarcava tanto os sacramentos e os ritos, quanto a linguagem da liturgia e da arte. A escola - concebida como espaço complementar da família - e a Igreja deviam se harmonizar e convergir com fins aos ensinamentos dos princípios cristãos.

O princípio da autoridade, tão defendido pelo arcebispo D. Becker ao longo de sua atuação, novamente se repete aqui.

Cuidem por isso os Paes e com elles todos os educadores, de usar rectamente da autoridade a elles dada por Deus, de Quem são verdadeiramente vigários, não para a vantagem própria, mas para a recta educação dos filhos no santo e filial "temor de Deus, principio da sabedoria" sobre o qual se funda exclusiva e solidamente o respeito

á autoridade, sem o qual não pode subsistir nem ordem, nem tranquilidade, nem bem-estar algum na família e na sociedade (REVISTA UNITAS, 1930, p. 93).

Nesta perspectiva católica, considerava-se que

As boas escolas são fructo, não tanto dos bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egregiamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intellectuaes e moraes exigidas pelo seu importantíssimo officio, se abraçam dum amor puro e divino para com os jovens que lhe foram confiados, precisamente porque amam Jesus Christo e a sua Igreja de quem elles são filhos predilectos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua Patria. É por isso que nos enche a alma de consolação e de gratidão para com a Bondade Divina o ver como juntamente com os religiosos e religiosas que se dedicam ao ensino, tão grande numero de taes bons mestres e mestras (REVISTA UNITAS, 1930, p. 98-99).

Bons educadores contribuiriam à formação do verdadeiro e perfeito cristão. Tal tarefa se estende por toda a vida humana, visando permanentemente o aperfeiçoamento do homem em direção a Cristo. O verdadeiro e perfeito cristão na sua nobreza de caráter e conveniência na sociedade

[...] em vez de renunciar ás obras da vida terrena ou diminuir as suas faculdades naturaes, antes as desenvolve e aperfeiçoa, coordenando-as com a vida sobrenatural, de modo a ennobrecer a mesma vida natural, e a procurar-lhe utilidade mais efficaz, não só de ordem espiritual e eterna, mas material e temporal (REVISTA UNITAS, 1930, p. 102).

A educação cristã era considerada superior a qualquer método pedagógico moderno. Qualquer método que não estivesse de acordo com a moral cristã era avaliado como imperfeito e prejudicial ao homem. A educação cristã dos jovens, iniciada ainda no seio

materno com o auxílio da Igreja, era complementada no âmbito escolar. Dessa forma era

[...] com certeza uma questão eminentemente religiosa e moral a educação das almas juvenis numa atmosfera saturada de indiferentismo, de liberalismo agnóstico e ateu ou de sentimentos cristãos. A escola por sua essência e finalidade não apenas deve ministrar mecanicamente um certo cabedal de conhecimentos, mas precisa tomar parte saliente na formação da personalidade do aluno, do seu caráter, pelo que ela apresenta, segundo a sua íntima natureza, um aspecto cívico e estatal e outro moral e religioso (22ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: REVISTA UNITAS, 1932, p. 303).

A educação para o arcebispo D. Becker devia ser tanto moral quanto religiosa. Moral no sentido de formar os jovens a partir de princípios firmes e justos e, religiosa, uma vez que os princípios não tiram sua perfeita certeza e plena segurança senão da religião. Com efeito, a educação requer uma reta formação da vontade; mas a forma da retidão é a própria moralidade, que é ligada à religião como ao seu fundamento (23ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: REVISTA UNITAS, 1933, p. 368).

O cuidado da Igreja Católica para com os jovens não foi de maneira alguma impensado. Configurou-se muito mais em uma estratégia do que, propriamente, um serviço prestado à sociedade. D. João Becker destacava que

[...] como o futuro se acha nas mãos dos jovens, especialmente dos jovens estudiosos, a estes se deverá consagrar os maiores cuidados, para neles suscitar, mediante adequada instrução, firmes convicções e entusiasmos pelas grandes e santas causas da Igreja, os quais, entretanto, serão para eles proteção e salvação no fervor das paixões juvenis, e assegurarão à Ação Católica ótimos dirigentes e soldados para as conquistas futuras. Não sómente nas universidades e escolas públicas secundárias, devem existir centros de Ação Católica, mas eles devem também multiplicar-se nos colégios e

casas de educação, onde é preciso que os jovens sejam instruídos, encaminhados e preparados para a Ação Católica, tendo-se em vista sua futura participação nas organizações da mesma, o que será também um belo aperfeiçoamento de sua educação cristã (24ª Carta Pastoral de D. João Becker. In: REVISTA UNITAS, 1934, p. 319).

Dessa maneira, a preocupação com a formação humana esteve atrelada à necessidade de manter o ideário católico através das diferentes gerações. Na sequência, ao analisar a constituição do homem, podemos compreender como esta rica formação com bases católicas poderia não só capacitar o homem para o desenvolvimento de suas atividades e para a convivência em sociedade, mas também difundir os valores católicos.

CONCLUSÃO

O catolicismo, assim como D. João Becker, teve papel decisivo na composição da história sul-rio-grandense, especialmente, na formação de um perfil humano gaúcho. Ao administrar a arquidiocese num período rico em transformações, D. Becker, seguindo as orientações de Roma, concebeu um homem e uma sociedade perfeitos.

De acordo com a análise da documentação e dos artigos veiculados na Revista Unitas, percebe-se que a educação se apresentou como possibilidade de determinação de valores e ideais católicos. Somente uma educação católica teria um caráter completo e perfeito. Buscando uma *sociedade perfeita*, constituída igualmente por homens perfeitos, a Igreja Católica via em seus ideais a possibilidade de concretização desta sociedade. O ideal de homem, ou seja, o ideal de um ser católico seria fruto de uma educação católica, na qual o homem *sobrenatural* é aquele que pensa, julga e age constante e coerentemente seguindo a reta razão iluminada pelos exemplos da doutrina de Jesus Cristo.

Constata-se que a Igreja Católica se considerava uma educadora soberana e perfeita, e, por intermédio da atuação de seu clero, sob o comando de D. João, buscava inculcar seus ideais mesmo em contextos político-econômicos adversos (o positivismo, a

secularização, etc.). A atuação católica, no período analisado, deixou, sem dúvida, muitas marcas, e influenciou a estrutura educacional hodierna.

ABSTRACT

This paper presents the results of the research developed about the sul-riograndenses catholic ideals in the period from 1912 to 1946 regarding the concept of education. It is noteworthy that *Unitas Magazine* (Ecclesiastical Magazine from the Archdiocese of Porto Alegre) is constituted in the main source of this research. This magazine was set at the time in the official publication of the Sul-Rio-Grandense Catholic Church, fact that enables the perception of the action of this institution in the Estate, both in political terms as educational. This study was based on a literature search, emphasizing especially the analysis of a historic documentation regarding to the issues of *Magazine Unitas*. According to the analysis of the documentation and the reports published in this religious publication can be seen that the education was presented as possibility of determination of catholic values and ideals. Only a Catholic education would have a complete and perfect character. It is seen that the Catholic Church saw itself as a sovereign and perfect educator and through the actions of its clergy, under the command of D. João sought to "inculcate" its ideals even in adverse political-economics contexts.

Keywords: Education. Catholic Church. Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, N. de. *Intelectuais e igreja católica no Paraná: 1926-1938*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

DALLABRIDA, N. A menina dos olhos: A diocese de Florianópolis e a educação escolar na Primeira República. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (Org). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

EICHER, P. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. São Paulo: Paulus, 1993.

FITZPATRICK, E. A. *Filosofía y ciencia de la educacion*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1958.

GIOLO, J. *Estado & Igreja na implantação da República Gaúcha: A Educação*

O conceito da Educação para... - Cláudia Regina Costa Pacheco

como base de um acordo de apoio mútuo. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t023.pdf>, Acesso em: 12/12/2008.

_____. *Estado, igreja e educação no RS da primeira república*. São Paulo: FEUSP, 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação).

MANOEL, I. A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.

RAMBO, A. Restauração Católica no Sul do Brasil. *História: questões & debates*. Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

REVISTA UNITAS. *Revista Ecclesiastica da Archidiocese de Porto Alegre*. Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1913-1946.

SOUZA, W. D. de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neo-ultramontanismo. In: DREHER, Martin N.(Org). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre: Edições EST/Suliani Editografia Ltda., 2002.

TAMBARA, E. *Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária, 1995.

TONINI, V. M. *Uma relação de amor e ódio: O caso de Wolfran Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

Recebido em: junho 2012

Publicado em: dezembro 2012